A EXPERIÊNCIA DE GOIÁS

Incentivo à cultura

Os goianos estão investindo na cotonicultura, transferindo renda e garantindo a sustentabilidade do setor

PEDRO MAEDA

Goiás figurava até a safra 1997/98 como o maior produtor nacional de algodão, com área plantada de 180,2 mil hectares, produção de aproximadamente 84,6 mil toneladas de pluma, produtividade de 1.370kg/ha e lavouras nas regiões de Santa Helena de Goiás, Itumbiara e Acreúna.

Na safra 1998/99 a área plantada com algodão caiu para 117,06 mil hectares. Em 1999/00 a área é de 90,4 mil hectares e a produção, de 89.200 toneladas de pluma, com produtividade de 2.650kg/ha de algodão em caroço. Apesar da grande redução na área cultivada, a produção em pluma aumentou 6,1% entre 1997/98 e 1999/00 graças ao ganho de produtividade de 93% no mesmo período.

Expectativa de retomada

Para a safra 2000/01, segundo a pesquisa de outubro deste ano de intenção de plantio da Conab, os produtores goianos deverão cultivar algodão em uma área de 101,2 a 104,9 mil hectares, o que representará a retomada do crescimento da área cultivada, com aumento de 12% a 16% sobre a área plantada na última safra. A produção esperada deve ficar entre 100,6 mil e 104,2 mil toneladas de algodão em pluma, com uma produtividade média de 2.650kg/ha.

Outro aspecto positivo da cotonicultura goiana é o processo de verticalização da produção. Na maioria das vezes, o beneficiamento do algodão é feito por algodoeiras dos produtores, que também se encarregam da comercialização da fibra e da semente junto à indústria têxtil ou à de óleo, respectivamente. Isso permite agregar mais renda à atividade agrícola.

Atualmente estão instaladas no estado aproximadamente 38 indústrias de beneficiamento de algodão, com capacidade operacional quase três vezes superior à produção.

Mobilização da cadeia

As metas para a retomada do crescimento da produção levaram a uma inédita mobilização dos participantes de todos os elos da cadeia e de suas instituições. Ilhas de excelência tecnológica foram implantadas em todas as regiões produtoras. A migração da cultura das áreas tradicionais em São Paulo e Paraná – na maioria pequenas lavouras de agricultura familiar – para a cultura extensiva das terras planas do Centro-Oeste possibilitou a introdução de avanços tecnológicos, mecanização e ganhos de escala que desencadearam a produção de um algodão de melhor qualidade.

A sustentabilidade do setor esbarrava em dois gargalos: a capitalização dos produtores e o incremento de estudos e pesquisas. A viabilização de soluções para esses problemas exigia a mobilização de vários setores da sociedade. Com base na bem-

1. Goiás/Centro-Oeste: produção de algodão
Área e produtividade

Estado/Região	Área (1.000 ha)			Produção pluma (1.000 t)			Produtividade (kg/ha)		
	1997/98	1999/00	Var. %	1997/98	1999/00	Var. %	1997/98	1999/00	Var. %
Goiás	180,6	90,4	-50	84,6	89,8	6,1	1.370	2.650	93
Centro-Oeste	342	394	15	225	383	71	1.824	2.963	62
Brasil	828	665	-20	424	548	29	1.421	2.253	58

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1999.

sucedida experiência de Mato Grosso, integrantes da cadeia do algodão em parceria com o governo, secretarias de estado e instituições participantes do agronegócio em Goiás elaboraram o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão (Proalgo), oficializado em 9 de setembro do ano passado.

O programa induziu a solução de questões como transferência de recursos para os produtores, incentivo à pesquisa e promoção para a cultura e implementou soluções tecnológicas e controle de pragas. Valendo-se do modelo de redução da carga fiscal como fator de competitividade e inserção de recursos em um determinado setor econômico, o programa possibilitou incremento de renda para o cotonicultor goiano, através do mecanismo de crédito outorgado de ICMS, que transfere diretamente para o produtor rural entre 50% e 75% do valor do imposto, em tabela crescente à razão direta da melhoria de qualidade do algodão.

Incentivo necessário

Ao negociar sua produção, o produtor rural junta ao valor de mercado do produto a remuneração referente ao crédito outorgado de ICMS, proporcional à qualidade de sua produção de acordo com a tabela constante na Lei 13.506. Essa transferência de recursos da sociedade goiana aos cotonicultores do estado, através de renúncia fiscal, possibilita um incremento de renda imprescindível à sustentabilidade do setor e à competitividade do produto goiano no mercado nacional e internacional.

Os objetivos do programa são:

- melhorar a qualidade e incrementar o processo de industrialização da fibra do algodão produzido;
- promover a recuperação, estimular a expansão e aumentar a produtividade agrícola da cultura;
- pesquisar novas variedades;
- controlar pragas e doenças que atacam a cultura;
- treinar mão-de-obra e promover eventos técnicos.

Para ser o instrumento de sustentação financeira para a ação do Proalgo, foi criado o Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão em Goiás (Fialgo). A principal fonte de recursos do fundo é o repasse de 15% do valor do crédito outorgado utilizado pelos produtores beneficiários do programa. Outras fontes de recursos são doações, que poderão vir da cadeia têxtil e de instituições nacionais e internacionais.

Tomando como base de cálculo uma produção anual de 90 mil toneladas de algodão em pluma em Goiás e a utilização média de benefício na faixa de 70%, o Fialgo disporá de um volume anual de recursos orçado entre R$2 milhões e R$2,3 milhões,

2. Proalgo: tabela de incentivo

Qualidade da fibra	% de incentivo
Padrão tipo 7/8	50
Padrão tipo 7/0	60
Padrão tipo 6/7	70
Padrão tipo 6/0	75

provenientes de sua principal fonte de recolhimento – o repasse realizado pelos beneficiários do programa.

Renúncia fiscal

Apesar de repassados pelos produtores de algodão, os recursos não são retirados de sua renda. São provenientes de renúncia fiscal. Os produtores são os agentes que repassam os recursos da sociedade ao Fialgo. Esses recursos retornam à produção através de uma série de ações determinadas pelos representantes do setor para tornar ainda mais competitiva a cadeia do algodão no estado.

O incentivo representado pelo Proalgo e pelo Fialgo à cotonicultura no estado é importante para a sustentabilidade da cadeia produtiva. No caso do Proalgo, a redução fiscal não significa apenas mais competitividade para o algodão produzido. Significa fundamentalmente um instrumento de complementação de renda que torna possíveis os investimentos necessários ao incremento da produção e da qualidade.

Apoio à pesquisa

O Fialgo materializa a arrecadação de recursos dentro e fora do setor para financiar pesquisas sobre novas variedades adaptadas às condições edafoclimáticas do estado que aliem produtividade e resistência às principais pragas e doenças. Ao mesmo tempo o fundo dá suporte financeiro a projetos e ações voltados ao estudo e aperfeiçoamento de manejos adequados, combate a doenças e pragas, difusão de tecnologia, realização de eventos, capacitação de integrantes da cadeia têxtil e apoio a projetos de agricultura familiar, em que o algodão, cultura com alta absorção de mão-de-obra, tem papel preponderante.

O setor de promoção e *marketing* merece apoio especial. A concorrência se amplia no mercado globalizado. Tanto aqui quanto em mercados externos, competimos com algodão originário de várias partes do mundo. A conquista de novos clientes no Brasil e no exterior exige mais que um produto de qualidade que atenda às rigorosas exigências do mercado consumidor. Tão importante quanto ter esse produto é torná-lo conhecido de seus possíveis compradores – o que se consegue com programas integrados de controle de qualidade e divulga-

ção imprescindíveis à conquista de novos mercados que dêem vazão à crescente produção de algodão do estado.

Gestão compartilhada

Outro fator crítico de sucesso para o Fialgo é seu modelo de gestão compartilhada. O fundo será administrado por um conselho gestor composto por representantes de entidades oficiais e de classe*. Contará ainda com quadro de profissionais contratados, coordenados pelo gerente executivo, que identificará as necessidades do setor algodoeiro e destinará recursos na busca de soluções.

Para este ano-safra, o conselho gestor do fundo está elaborando normas para concessão de suporte financeiro e analisando pedidos de apoio a projetos apresentados pela Fundação GO em parceria com a Embrapa que contemplam a continuidade das pesquisas iniciadas na safra passada.

Na safra 1999/00 o Fialgo apoiou financeiramente pesquisas de novas variedades e manejo em parceria com a Embrapa, Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agenciarural) e Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário de Goiás (Fundação GO).

Pedro Maeda é coordenador do Conselho Gestor do Fialgo e diretor do Grupo Maeda.

**As entidades são: Agenciarural, Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa), Delegacia Federal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (DFA/GO), Embrapa, Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (Seagro) e Sindicato e Organização das Cooperativas de Goiás (OCG).*

A EXPERIÊNCIA DE GOIÁS

Novos horizontes

Expandem-se as áreas do plantio de algodão no Centro-Oeste, na superação da grave crise da última década

PEDRO FERREIRA ARANTES

A cultura do algodão introduziu novas técnicas de cultivo no estado de Goiás, no fim dos anos 60 e início dos 70. O "ouro branco" era o grande chamariz da época. Trouxe para o estado o emprego sistemático de técnicas de análise do solo, adoção de corretivos e uso intensivo de adubo e inseticida. Atraiu agricultores de outros estados, primeiro paulistas e depois paranaenses e cearenses. Foram implantadas em Goiás numerosas beneficiadoras, instaladas em Itumbiara, Santa Helena e Rio Verde; cresceu o fluxo migratório de mão-de-obra temporária para as colheitas da pluma.

Esse primeiro *boom* do algodão durou cerca de quatro safras, de 1968 a 1971. A expansão da cultura em terras pouco adequadas, a pouca experiência dos produtores em lidar com a cultura e seu desconhecimento de exigências tecnológicas acabaram em disseminação acentuada de pragas e doenças e grandes prejuízos para os agricultores. Rio Verde, que em 1971/72 chegou a ter em funcionamento 10 beneficiadoras de algodão, acabou contando com apenas uma por mais de uma década. Passada a crise que afetou toda a cultura, em todo o país, com a abertura da economia no início dos anos 90, Goiás voltou a recuperar sua área plantada a partir de 1996.

Abertura do mercado

A fibra de algodão no Brasil era amparada por um imposto de importação de 55% até 1988. Esse imposto caiu para 10% nos dois anos seguintes, quando foi eliminado até 1994. Retornou com alíquota de 3% nas três safras seguintes e subiu para 6% a partir de 1997.

A decisão de abrir abruptamente o mercado trouxe graves conseqüências para a cultura. A abertura ocorreu em toda a cadeia do produto. Até os segmentos de fios, tecidos e produtos acabados foram beneficiados com a redução tributária na importação.

O ano de 1997 foi o mais crítico para a produção nacional de algodão, que chegou a seu mais baixo nível – apenas 307 mil